

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DO AMANA INSTITUÍDA PELO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – DR. PAULO SÉRGIO CAMARGO.

**Ref.: EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 – FLORESTA NACIONAL DO AMANÁ**

**Processo nº 21000.077933/2021-06**

**FORTIMBER INDÚSTRIA FLORESTAL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 27.836.767/0001-01, com sede na Estrada Velha do Outeiro, s/nº, Setor A, Quadra 5, Campina de Icoaraci, CEP: 66.813-250, Belém/PA, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu representante legal ao final identificado, com fundamento no item 10.6.8 do edital, artigo 109, inciso I, alínea “b”, e § 2º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 5º, inciso LV e XXXIV, alínea “a”, da CF/88, e pelo princípio da ampla defesa e do contraditório substancial, interpor:

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Contra à r. **DECISÃO ADMINISTRATIVA PUBLICADA EM 06/06/2022 NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 3, Nº 106**, que classificou as propostas técnicas de diversas licitantes referentes às UMF's I, II e III do Lote III da Floresta Nacional do Amana (FLONA AMANA), pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir.

Requer-se, desde já, que este D. Presidente exerça o juízo de retratação quanto a r. decisão supracitada, a fim de reconsiderar *in totum* a mesma, ou, caso a mantenha, seja o presente recurso recebido e processado, nos termos da Lei 8.666/93<sup>1</sup>, encaminhando-o para análise do Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Belém/PA, 13 de junho de 2022.

**FORTIMBER INDÚSTRIA FLORESTAL EIRELI**  
**CNPJ nº 27.836.767/0001-01**

<sup>1</sup> Art. 109. (...)

§ 4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO.**

**Edital de Concorrência nº 001/2022 (FLONA AMANA)**

**Recorrente: FORTIMBER INDÚSTRIA FLORESTAL EIRELI**

**Recorridas: IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA, SANTA JÚLIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA e ÁPICE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.**

**1 – DA TEMPESTIVIDADE:**

A empresa recorrente tomou ciência acerca da decisão administrativa que classificou as propostas técnicas das empresas recorridas em 06/06/2022 (segunda-feira), conforme a publicação do resultado de classificação das propostas proferido pelo presidente desta CEL no diário oficial da união (DOU) Edição nº 106, Seção nº 3.

Deste modo, após a publicação oficial do referido resultado, iniciou-se a contagem do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição do presente recurso, nos termos do que prevê a Lei Federal nº 8.666/93, senão vejamos:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

b) julgamento das propostas;

De igual forma prevê o item 10.6.8 do edital, vejamos:

10.6.8. Após análise, a CEL/SFB publicará a classificação ou a desclassificação fundamentada das propostas técnicas no DOU, com abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contados a partir do primeiro dia útil após publicação no DOU. Havendo interposição, o recurso será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

No mesmo sentido dispõe o resultado de julgamento da concorrência nº 01/2020, senão vejamos:

32.649.283/0001-93), desclassificada pelo descumprimento do item 9.7.4.1. do Edital da Concorrência nº 01/2022, tendo em vista o preenchimento da proposta para o critério "4 - Agregação de valor" com valor não compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital. Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme o artigo 109, I, b, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contados na forma do artigo 110 do mesmo diploma legal.

Desta forma, tendo o resultado sido publicado em **06/06/2022 (segunda-feira)**, e que a contagem do prazo iniciou-se em **07/06/2022 (terça-feira)**, temos que o presente prazo encerra-se em **13/06/2022 (segunda-feira)**, data em que se faz o presente protocolo, estando, portanto, o presente recurso tempestivo, pelo que deve ser conhecido e ter suas razões apreciadas.

**2 – IRREGULARIDADE NA ASSINATURA DA PROPOSTA TÉCNICA. DIVERGÊNCIA QUANTO A ASSINATURA APRESENTADA NA PROPOSTA TÉCNICA EM RELAÇÃO A ASSINATURA QUE CONSTA EM DOCUMENTO OFICIAL DE CREDENCIAMENTO DO RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE. DÚVIDA QUANTO À VERACIDADE DA ASSINATURA. NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA.**

*Ab initio*, merece destaque especial o fato de que esta CEL decidiu por classificar a recorrida **SANTA JULIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA**, mesmo com latente vício na assinatura de sua proposta técnica. Isso porque, verifica-se que há clara divergência na assinatura apresentada na proposta técnica em relação ao documento oficial de credenciamento apresentado pelo responsável legal da recorrida, muito embora se trate da mesma pessoa, qual seja, o Sr. Roberto Tonelli.

Neste ponto, basta mera análise visual da proposta técnica da recorrida para verificar a clara incongruência entre as assinaturas, conforme o cotejo comparativo abaixo:

**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA - PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**  
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
 Concorrência nº 01/2022 - Flona da Amana/PA

**Dados da Proponente**

Razão social da empresa:	Santa Júlia Indústria e Comércio de Madeiras Ltda
CNPJ:	10.796.596/0001-31
Nome do representante da empresa:	Roberto Tonelli
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF III

**Proposta de critério melhor técnica**

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 - Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	ha/ano
			UMF II: 0	7	ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
2 - Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 - Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim (X)
4 - Agregação de valor	A5 - Grau de processamento final do produto florestal	Valor adicionado à madeira em toro extraída da UMF, por tonelada de produtos de processamento localizados na área aporcionada na concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV =
			UMF II: 11	22	FAV =
			UMF III: 1	22	FAV = 22

*Roberto Tonelli*  
 Assinatura do Representante da Licitante

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO  
 CAMBÉRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

**NOME**  
 ROBERTO TONELLI

**DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF**  
 [REDACTED]

**CPF**  
 [REDACTED]

**DATA NASCIMENTO**  
 [REDACTED]

**FILIAÇÃO**  
 RENATO TONELLI  
 ODILIA DE SOUZA TONELLI

**PERMISSÃO**  
 [REDACTED]

**ACC**  
 [REDACTED]

**CAT. HAB.**  
 C

**Nº REGISTRO**  
 [REDACTED]

**VALIDADE**  
 26/10/2022

**1ª HABITAÇÃO**  
 25/04/1987

**OBSERVAÇÕES**  
 [REDACTED]

**ASSINATURA DO PORTADOR**  
 [REDACTED]

**LOCAL**  
 SINOP, MT

**DATA EMISSÃO**  
 03/12/2018

**ASSINATURA DO EMISSOR**  
 [REDACTED]

**59471105802**  
**MT637665252**

**MATO GROSSO**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
**1752892305**

**PROIBIDO PLASTIFICAR**  
**1752892305**

Portanto, nota-se que, muito embora o Sr. Roberto Tonelli esteja qualificado como representante legal da recorrida para fins de apresentação de proposta técnica no presente certame, resta evidente a divergência entre as assinaturas.

Ressalta-se, ainda, que tal infortúnio poderia ser facilmente solucionado caso a recorrida apresentasse sua proposta técnica com a assinatura devidamente reconhecida por meio de cartório extrajudicial (ou ainda, por meio de autenticação da própria CEL durante a sessão de abertura dos envelopes), o que não foi realizado pela recorrida, razão pela qual existem dúvidas manifestas quanto a veracidade da assinatura que consta na proposta técnica, o que gera a desclassificação da recorrida.

Importante ressaltar que o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) tem jurisprudência pacificada no sentido de que é justificável e exigível a apresentação de firma reconhecida quando há dúvida quanto a autenticidade da assinatura, conforme os julgados transcritos abaixo:

A exigência de reconhecimento de firma em documentos apenas pode ser feita em caso de dúvida quanto à autenticidade da assinatura e se houver prévia previsão editalícia.

TCU – Acórdão 1301/2015. Processo nº 005.374/2015-4. Plenário. Relator: AUGUSTO SHERMAN. Área: Licitação. Tema: Documentação. Subtema: Autenticação

A exigência de documentação com firma reconhecida em cartório restringe a competitividade das licitações e somente é justificável em caso de dúvida da autenticidade da assinatura e desde que haja previsão no edital.

TCU – Acórdão 604/2015. Processo nº 002.294/2015-0. Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO. Área: Licitação. Tema: Documentação. Subtema: Autenticação

O edital do certame licitatório, por sua vez, prevê expressamente em seu item 6.1.2 a faculdade aos licitantes de utilizarem a modalidade de reconhecimento de firma por meio dos cartórios extrajudiciais competentes.

Deste modo, requer-se que seja reformada a decisão proferida no Diário Oficial da União (DOU) SEÇÃO 3, Nº 106 do dia 06/06/2022 por esta CEL, a fim de que seja desclassificada a recorrida **SANTA JÚLIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA** de todo o certame licitatório da Concorrência nº 01/2022, haja vista a clara divergência da assinatura que consta na proposta técnica em relação a documentação oficial de credenciamento,

apesar de se tratar do mesmo representante legal qualificado tanto na ficha de proposta técnica quanto no credenciamento.

### 3 – IRREGULARIDADE NA ASSINATURA DA PROPOSTA TÉCNICA. ASSINATURA SIMPLES SEM CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA

Ademais, outro ponto que vale frisar é o de que esta CEL decidiu por classificar as recorridas **IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, ÁPICE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, SANTA JÚLIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA**, as quais não cumpriram com a literalidade do certame, em especial porque apresentaram suas respectivas propostas técnicas com assinatura simples sem qualquer meio de confirmação de autenticidade idôneo e oficial.

Vejam-se alguns exemplos das propostas técnicas das recorridas:

Annex 10  
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO  
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
Concorrência nº 01/2022 – Floza do Amaná/PA

Dados do Proponente

Razão Social da empresa:	IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA
CNPJ:	16.742.769/0001-59
Nome do representante da empresa:	DÁRIO SCHWEICKERT
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF I

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 - Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 6 UMF II: 6 UMF III: 6	5 7 7	5/hectare 7/hectare 7/hectare
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
2 - Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 - Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnologias associadas ao manejo florestal	Adoção do Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim (X)
4 - Agregação de valor	A5 - Grau de processamento final do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por metro de unidades de processamento localizadas na área de influência do manejo florestal	UMF I: 4 UMF II: 11 UMF III: 11	8 22 22	FAV= 7.957154678 FAV= ..... FAV= .....

Assinatura do Representante da Licitante

Edital da Condição nº 01/2022 – Anexo 10 – Página 1 de 1

**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA - PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**  
 (devem ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
 Concorrência nº 01/2022 - Floza do Amaná-PA

**Dados do Proponente**

Razão social da empresa:	EXPORTADORA LUANDA LTDA
CNPJ:	08.848.112/0001-65
Nome do representante da empresa:	Marcelo Camila Ferreira da Silva
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF I

**Proposta do critério melhor técnica**

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 - Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas em desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	2 ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1 R\$/hectare
2 - Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2 R\$/hectare
3 - Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim ( X )
4 - Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em toneladas extraídas da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA - PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**  
 (devem ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
 Concorrência nº 01/2022 - Floza do Amaná-PA

**Dados do Proponente**

Razão social da empresa:	APICE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA
CNPJ:	19.116.550/0001-07
Nome do representante da empresa:	LINDIR LAZZARETTI JUNIOR
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF I

**Proposta do critério melhor técnica**

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 - Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	2 ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	R\$ 1,00 R\$/hectare
2 - Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	R\$ 2,00 R\$/hectare
3 - Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim ( X )
4 - Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em toneladas extraídas da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV =
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**  
(devem ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
Concorrência nº 01/2021 – Floresta do Amaná/PA

**Dados da Proponente**

Razão social da empresa:	Santa Júlia Indústria e Comércio de Madeiras Ltda
CNPJ:	10.796.596/0001-31
Nome do representante da empresa:	Roberto Tonelli
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF III

**Proposta do critério melhor técnica**

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 – Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectares/ano	UMF I: 0	5	ha/ano
			UMF II: 0	7	ha/ano
			UMF III: 0	2	2 ha/ano
	A2 – Investimento na proteção de floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
2 – Social	A3 – Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,90 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 – Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção do Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 – Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em sua extração da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de administração do processo florestal	UMF I: 4	8	FAY =
			UMF II: 11	22	FAY =
			UMF III: 1	22	FAY = 22

Assinatura do Representante da licitante

É importante ressaltar que durante a sessão de abertura dos envelopes de proposta técnica nenhuma das licitantes, sobretudo as recorridas, protestaram pelo direito de que a CEL realizasse a análise e conferência das assinaturas constantes nas propostas, mesmo naquelas em que inexistiam qualquer possibilidade de confirmação de autenticidade.

Nesse sentido, resta evidente a preclusão do direito das recorridas de obterem a validação das assinaturas das respectivas propostas técnicas por meio da CEL no ato de sessão de abertura dos envelopes, razão pela qual a medida que se impõe é a desclassificação das mesmas, sob pena de violação ao princípio da isonomia<sup>2</sup>.

Cabe destacar que o princípio da isonomia ora suscitado se relaciona no fato de que todas as licitantes devem ser tratadas de modo igualitário, conforme os ensinamentos de Matheus Carvalho<sup>3</sup>:

Com base nesse princípio, é indispensável que seja garantido um tratamento igualitário entre os licitantes no bojo do procedimento licitatório, conforme disposição do art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/93, não se admitindo qualquer espécie de

<sup>2</sup> Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

<sup>3</sup> CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 6ª ed. Salvador: Juspodivm. 2019. P. 450/451.



tratamento diferenciado que vise a beneficiar ou prejudicar algum dos participantes do certame.

(...)

**Ressalta-se que a isonomia é, inclusive, finalidade da realização do procedimento licitatório e deve orientar todos os seus termos.**

No mesmo sentido é a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que relata que em casos que o edital preveja reconhecimento da firma nas assinaturas das declarações, e parte das licitantes consigam atender, àquelas licitantes que não conseguirem devem ser inabilitadas, sob pena de violação ao princípio da isonomia:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH). CARGO DE ENFERMEIRO ONCOLOGIA. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. PONTUAÇÃO. DECLARAÇÃO EMITIDA PELOS EMPREGADORES. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO À NORMA DO EDITAL. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. APLICAÇÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A análise dos autos revela que o demandante participou do concurso público para preenchimento de vagas destinadas, entre outros, ao cargo de Enfermeiro Oncologia, regulado pelo Edital n. 3/2015. No entanto, a documentação relativa à comprovação da experiência profissional não recebeu a pontuação desejada, sob a justificativa da banca examinadora de que o candidato deixou de atender aos ditames do edital de regência.

2. **Conforme admitido pelo próprio autor, e corroborado pela documentação que instrui a lide, no momento de comprovar a experiência profissional, foram apresentadas, aos organizadores do processo seletivo, declarações sem o necessário reconhecimento de firma, de modo que efetivamente deixaram de ser atendidos os requisitos estabelecidos pelo edital. O acolhimento do pleito implicaria tratamento diferenciado que beneficiaria o demandante em detrimento dos demais candidatos que, submetidos às mesmas regras, conseguiram atendê-las a tempo e modo.**

3. Apelação desprovida.

4. Honorários advocatícios, fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, em cumprimento ao art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil de 2015, com a ressalva do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal, visto que o autor litigou sob o pálio da justiça gratuita.

(TRF-1 - AC: 00051030720164013801, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, Data de Julgamento: 03/02/2020, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 21/02/2020)

Portanto, requer-se que seja reformada a decisão proferida no Diário Oficial da União (DOU) SEÇÃO 3, Nº 106 do dia 06/06/2022 por esta CEL, a fim de que sejam desclassificadas as recorridas **IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, ÁPICE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, SANTA JÚLIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA** de todo o certame licitatório da Concorrência nº 01/2022, haja vista que estas apresentaram suas respectivas propostas técnicas com

assinatura simples sem qualquer confirmação de veracidade atestada por cartório extrajudicial (com firma reconhecida), ou ainda, por meio digital hábil.

#### 4 – PROCURAÇÃO SEM PODERES ESPECÍFICOS PARA ASSINAR PROPOSTA TÉCNICA. VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO. NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA.

Por fim, outro fato que merece ressalva é o de que a representante legal da recorrida **EXPORTADORA LUANDA LTDA**, muito embora tenha apresentado dentre os documentos de credenciamento a procuração para representar a licitante no âmbito do presente certame, nota-se que o instrumento não outorga poderes específicos para assinar proposta técnica, limitando-se a conferir poderes gerais para atuar no bojo do presente procedimento licitatório, conforme o trecho abaixo:

à defesa dos direitos e interesses do (a) OUTORGANTE e ao bom e fiel cumprimento deste mandato, agindo em conjunto ou separadamente, especialmente praticar todo e qualquer ato na licitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Serviço Florestal Brasileiro, Edital Concorrência Pública nº 01/2022, como: impugnações, pedidos de esclarecimento, recursos e contrarrazões, participação nas sessões públicas e assinatura de documentos e tudo que for pertinente ao bom andamento do feito na qualidade de representante legal da Outorgante.

A citada licitação tem por objeto por objeto delegar o direito de praticar o manejo florestal sustentável para a exploração dos produtos florestais indicados neste edital em Unidades de Manejo Florestal (UMF) localizadas na Floresta Nacional (Flona) do Amana, no estado do Pará, criada pelo Decreto Presidencial, sem número, de 13 de fevereiro de 2006, em conformidade com seu Plano de Manejo, aprovado pela Portaria ICMBio nº 30, de 10 de março de 2010, conforme mapa e memorial descritivo constantes do Anexo 1 deste edital. Fazem parte deste edital de licitação as seguintes UMFs e áreas totais: UMF I - 83.703,10 hectares, UMF II - 106.622,24 hectares e UMF III - 38.992,35 hectares.

Sucedo que, muito embora haja menção de que a outorgada possua poderes para “assinar documentos”, não há registro expresso de que a recorrida conferiu plenos poderes para que a outorgada assinasse proposta técnica, poder este que é indispensável para a prática do ato, visto o caráter sigiloso da proposta técnica e o reflexo contratual futuro.

Desta forma, requer-se que seja reformada a decisão proferida no Diário Oficial da União (DOU) SEÇÃO 3, Nº 106 do dia 06/06/2022 por esta CEL, a fim de que seja desclassificada a recorrida **EXPORTADORA LUANDA LTDA** de todo o certame licitatório da Concorrência nº 01/2022, haja vista que a proposta técnica foi apresentada por pessoa alheia aos quadros societários da licitante sem qualquer comprovação válida e regular de que possuía poderes para tanto, devendo ser considerado, sobretudo, o caráter sigiloso que goza a proposta técnica.

## 5 – DOS PEDIDOS:

Ante todo o exposto, a recorrente requer que V. Exa. digne-se a:

1. Receber e processar o presente recurso administrativo, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade, em especial a tempestividade, na forma do artigo 109, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/93.
2. Que no mérito seja dado TOTAL provimento ao recurso ora interposto, a fim de que seja reformada *in totum* a **DECISÃO ADMINISTRATIVA PUBLICADA EM 06/06/2022 NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 106, SEÇÃO 3**, ensejando na desclassificação das recorridas abaixo descritas de todo o certame licitatório:
  - a. **SANTA JULIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA**, uma vez que a proposta técnica apresentada pela recorrida possui assinatura completamente divergente daquela que consta no documento oficial apresentado a CEL para fins de credenciamento do representante legal, apesar de tratar-se da mesma pessoa, qual seja, o Sr. Roberto Tonelli.
  - b. **IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, ÁPICE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, SANTA JÚLIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA**, tendo em vista que estas apresentaram suas respectivas propostas técnicas com assinatura simples sem qualquer confirmação de veracidade atestada por cartório extrajudicial (com firma reconhecida), ou ainda, por meio digital hábil.
  - c. **EXPORTADORA LUANDA LTDA**, notadamente porque a proposta técnica foi apresentada por pessoa alheia aos quadros societários da licitante sem qualquer comprovação válida e regular de que esta possuía poderes específicos para assinar proposta técnica no âmbito do presente certame, o que não deve ser ignorando por esta CEL, visto o caráter sigiloso que goza a proposta técnica.

Sucessivamente, caso não acatados os pedidos supracitados, o que não se crê, e se admite apenas em amor ao debate, requer-se que sejam realizadas diligências por esta CEL a fim de verificar a autenticidade das assinaturas constantes nas propostas técnicas das recorridas.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Belém/PA, 13 de junho de 2022.

**VINICIUS LOCATELLI**

**BELUSSO:**

Assinado de forma digital por VINICIUS

LOCATELLI BELUSSO:

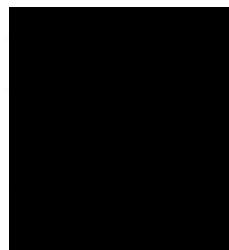
Dados: 2022.06.11 17:35:51 -03'00'

**FORTIMBER INDÚSTRIA FLORESTAL EIRELI**

**CNPJ nº 27.836.767/0001-01**



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: BD9C4-THMES-LLVHU-KL7YW

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Vinicius Locatelli Belusso (CPF [REDACTED])

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/BD9C4-THMES-LLVHU-KL7YW>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>